

VIII

ENCONTRO DE ARQUEOLOGIA
DO SUDOESTE PENINSULAR

ENCUENTRO DE ARQUEOLOGÍA
DEL SUROESTE PENINSULAR

Serpa//Aroche
24, 25 e 26 de outubro de 2014



ÍNDICE

LIVRO COMPLETO

EXTRAS



VIII

ENCONTRO DE ARQUEOLOGIA
DO SUDOESTE PENINSULAR

ENCUENTRO DE ARQUEOLOGÍA
DEL SUROESTE PENINSULAR

Serpa//Aroche
24, 25 e 26 de outubro de 2014



FICHA TÉCNICA

ATAS DO VIII ENCONTRO DE ARQUEOLOGIA DO SUDOESTE PENINSULAR
Serpa-Aroche, 24, 25 e 26 de outubro de 2014

Edição: Câmara Municipal de Serpa

Coordenação Editorial: Samuel Melro - Susana Correia |DRCALEN|

Fotografias Encontro: Câmara Municipal de Serpa-Gabinete de Informação,
Comunicação e Imagem

Fotografias Palavras Prévias: José Baguinho - Susana Correia

Design e produção gráfica: 100 Luz / Weblime

Depósito Legal: 444410/18

ISBN: 978-989-8187-19-2

Tiragem: 1000 exemplares

1ª Edição | Serpa, 2018

A opção pela escrita seguindo ou não as regras do novo acordo ortográfico, nos artigos em português, é da responsabilidade dos seus autores.

APRESENTAÇÃO

É com a maior honra e satisfação que o Município de Serpa, do qual sou representante, foi, em conjunto com o Município de Aroche, responsável pela organização do VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular no ano 2014.

Por norma, estes Encontros realizam-se de dois em dois anos, alternando entre Portugal e Espanha. Mas, atendendo ao facto de, em 2013, decorrerem vinte anos sobre a sua primeira edição, foi decidido assinalar esta efeméride com a celebração de duas edições sucessivas, numa organização conjunta entre os municípios de Serpa e Aroche e com sessões em ambos os lados da fronteira. Assim se levaram a efeito, em 2013 – ano em que se cumpriam os 20 anos do Encontro – o VII Encontro e, em 2014, a VIII edição destes importantes seminários científicos que se dedicam à história mais antiga destes nossos territórios.

Na sequência da organização desses Encontros, gostava, igualmente, de deixar aqui o testemunho do meu reconhecimento e agradecimento às suas Comissão Científica e Comissão Organizadora, e a todos os trabalhadores envolvidos na sua concretização, com especial enfoque às arqueólogas Nieves Medina, do Ayuntamiento de Aroche, e Ana Sofia Antunes, da Câmara Municipal de Serpa.

Neste VIII Encontro, que despertou o interesse dos mais de 150 participantes inscritos, foram apresentadas cerca de 80 comunicações e posters, refletindo a realidade e a dinâmica da investigação arqueológica realizada no Sudoeste Peninsular em ambos os lados da fronteira, demonstrando as sinergias existentes entre regiões e países, com particular destaque, na parte portuguesa, para a arqueologia de salvamento que tem vindo a decorrer em resultado da construção da barragem de Alqueva e da rede de rega que lhe está associada.

Esta infraestrutura - um projeto essencial para o desenvolvimento da região Alentejo, que tem na agricultura a sua atividade principal, mas também para o ascendente setor turístico - teve também um efeito muito relevante na área da história, da cultura e da identidade local, através da realização de centenas de trabalhos arqueológicos, os quais permitiram descobrir e relacionar estratos do nosso passado comum desde a pré-história até à idade moderna. Os resultados de muitos destes trabalhos têm sido apresentados nos Encontros do Sudoeste Peninsular, e este não foi exceção, destacando-se, na presente edição, a exposição da peça do touro da Idade do Ferro descoberta em Cinco Reis 8 (Beja).

Estas reuniões têm permitido não só a troca de informações e experiências, mas, inclusivamente, proporcionado a criação e desenvolvimento de projetos comuns, demonstrando que muito mais é o que une os investigadores portugueses e espanhóis do que a fronteira que os separa, é todo um vasto território, o Sudoeste Peninsular, uma Cultura, um Património que estimulam essa partilha.

Estamos certos de que este tipo de eventos ajuda a entender e a sublinhar a importância que a área da Arqueologia, enquanto área técnica e científica, mas também enquanto área interligada com outras matérias tais como a antropologia, a arquitetura, o urbanismo, a geografia, a comunicação e o turismo, entre outras, tem vindo a desempenhar nas políticas estratégicas de desenvolvimento local.

Em Serpa, o setor da Arqueologia, enquadrado no âmbito autárquico e com técnicos a tempo inteiro, é uma área relativamente recente nesta Câmara, constituída apenas há cerca de uma década, isto apesar de, relativamente ao nosso território, já desde a década de oitenta do século XX se realizarem trabalhos científicos neste campo, nomeadamente pelas investigações levadas a cabo, entre outros, pelo Prof. Doutor António Monge Soares, um investigador que é natural do Concelho, de Vila Verde de Ficalho, membro da Comissão Científica deste Encontro e um grande amigo de Serpa, estudioso e divulgador da sua história.

Ainda nesse enquadramento dos primeiros trabalhos arqueológicos sistemáticos sobre o concelho, é de destacar a concretização, nos anos noventa dessa centúria, do projeto da Carta Arqueológica, promovido pela Autarquia, com coordenação científica da Prof.^a Doutora Maria da Conceição Lopes, da Universidade de Coimbra, e da Dr.^a Maria João Vieira, da Câmara Municipal de Serpa.

Posteriormente, a Autarquia, consciente da importância do Património Humano e Edificado da cidade de Serpa (bem como dos núcleos mais antigos das freguesias) criou o Gabinete do

Património, nele integrando várias valências técnicas, de modo a produzir planos orientadores para promover a salvaguarda e a regeneração do Centro Histórico de Serpa. É neste âmbito estratégico que surgem uma série de ações e projetos, tais como a proposta de classificação da área intramuros da cidade de Serpa como Conjunto de Interesse Público (classificação publicada em DR em 2004), a de recuperação do sistema construtivo das Muralhas e do Caminho de Ronda e a requalificação do Museu Municipal de Arqueologia (com implicações na museografia, na conservação e restauro das peças a expor, e na criação de um espaço para as reservas). Este projeto teve a colaboração da Direção Regional da Cultura do Alentejo, do então designado Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (atual DGPC), e do Museu Nacional de Arqueologia/Rede Portuguesa de Museus, através de protocolo estabelecido entre estas entidades e a Câmara Municipal de Serpa.

A concretização destes projetos implicou a necessidade de trabalhos arqueológicos que nos permitem (re)conhecer melhor a evolução da cidade e do território envolvente, e os seus resultados científicos têm sido apresentados pela Câmara Municipal de Serpa através da Dr.ª Ana Sofia Antunes precisamente nos Encontros de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, desde a sua V edição. Mais uma vez este ano não é exceção, com a apresentação de um poster relativo a alguns achados de época romana surgidos no decurso dos trabalhos na Rua da Barbacã, para além de outros dois artigos sobre a intervenção arqueológica realizada por uma empresa da especialidade no Castelo de Serpa e num edifício da Rua da Barbacã.

Faz ainda parte da estratégia de desenvolvimento sustentável para o concelho de Serpa que esta autarquia preconiza, no âmbito da salvaguarda e divulgação do seu património cultural, e de um turismo científico que se pretende reforçar, a musealização, nos próximos anos, de alguns sítios arqueológicos, de modo a constituir e potenciar a rede museológica do concelho de Serpa, espoletando dinâmicas quer entre eles, quer com os territórios envolventes do Alentejo, Algarve e transfronteiriços da Andaluzia e Extremadura Espanhola.

Este tipo de eventos - como o VII e VIII Encontros de Arqueologia – é, por isso, entendido como uma mais-valia para a Autarquia, como momentos que lhe permitem apresentar e divulgar o seu território e os seus recursos, neste caso arqueológicos, publicitar os seus trabalhos científicos e conhecer os de outros, fortalecer e estabelecer ligações com outras organizações, quer com as suas congéneres autárquicas, quer com outras de âmbito diverso.

As Atas do VIII Encontro, que agora são editadas, refletem esta realidade, através da cerca de meia centena de trabalhos publicados, versando não só a investigação arqueológica como outras áreas complementares, como a gestão, conservação e valorização patrimonial.

Uma última palavra para expressar o meu mais sincero desejo de que os trabalhos e as conclusões deste Encontro tenham sido proveitosos não só para estes territórios mas para a comunidade científica presente, técnicos e demais pessoas envolvidas nos trabalhos, e que estes possam integrar, de forma construtiva, solidária, coletiva e atual, as políticas locais e regionais em prol da salvaguarda, da divulgação e da integração do Património Cultural nas nossas vidas públicas.

A todos, muito obrigado.

Serpa, 24 de outubro de 2014

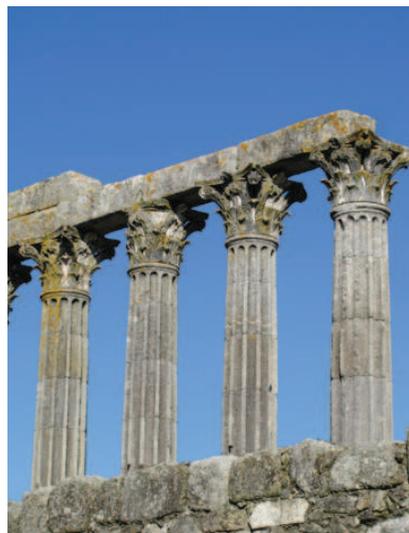
O Presidente da Câmara Municipal de Serpa

Tomé Alexandre Martins Pires

PALAVRAS PRÉVIAS

nós somos do sul
longa falésia ardente
correndo ao longo do mar.
terra
onde as cigarras vivem
no coração das laranjas
onde o corpo se espreguiça
sobre as ondulações do trigo
onde o som da flauta
acompanha o veio do vinho
até à secura do pão
onde a água brota
do silêncio tombado
das estátuas
onde as colunas brancas assistem
à limpidez do ar.
somos do sul
de onde partem barcos
velas que se erguem acima das casas
entre sugestões de aves
e a brisa de África
onde o azul começa enorme
das esquinas da sombra
e o barro dos rostos aflora
contra a cal dos muros.
sul, grande cintilação parada
no horizonte da nossa memória

Vítor Oliveira Jorge
Os Ardis da Imagem



A publicação das Atas do *VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, realizado em Serpa e Aroche em 24, 25 e 26 de outubro de 2014, vem culminar a comemoração, realizada nos anos de 2013 e 2014, do vigésimo aniversário destes Encontros. Aqui se publica um conjunto de 58 comunicações abrangendo um vasto leque temático e cronológico, organizadas com a seguinte distribuição, que privilegiou, como vem sendo habitual e sempre que tal foi possível, o seu enquadramento cronológico:

Pré-História (Epipaleolítico, Neolítico, Calcolítico, Bronze) – 19

Idade do Ferro – 5

Romano, Antiguidade Tardia – 17

Medieval, Modeno, Contemporâneo – 14

Vária – 3

Vinte anos e nove *Encontros* já efetuados, no momento em que escrevemos, e com o X Encontro já agendado para Zafrá para o ano de 2018, demonstram bem a sua importância, porque nenhuma iniciativa deste tipo manteria a sua dinâmica e vitalidade se o seu interesse e utilidade não fossem reconhecidos, em primeiro lugar e antes de tudo, pelos que nela têm vindo a participar.

Tal como Andrea Martins refere no seu artigo publicado nestas Atas, "...é nesta difusão que se insere o papel fundamental dos *Encontros do SO Peninsular*, que, edição após edição (com periodicidade variável) possibilitaram a toda esta nova geração de arqueólogos a hipótese de apresentar e divulgar à comunidade científica os trabalhos por si realizados. Por esta razão, estes Encontros são maioritariamente de jovens arqueólogos (sendo que ao longo de 20 anos alguns foram perdendo esta característica...), que encontraram um espaço de discussão de acesso livre, sem entraves burocrático-científicos, onde o debate dos resultados pode ser feito sem constrangimentos de qualquer ordem". Um espaço aberto, portanto, a novos – e não tão novos – investigadores, um espaço de informação e troca de experiências, um espaço de temática aberta, desde primeiras notícias sobre trabalhos realizados ou mesmo ainda em curso até estudos específicos sobre os mais diversos assuntos, com a garantia de publicação das comunicações e posters apresentados.

Esta tem sido a filosofia que tem presidido a estes *Encontros*, e as 9 edições já registadas provam, do nosso ponto de vista, o seu acerto. Sempre centrados numa região – **o Sudoeste Peninsular** – cuja abrangência territorial se centra na Extremadura, Andalúcia, Alentejo e Algarve, mas, como se tem vindo a demonstrar ao longo das várias edições, sem complexos em ultrapassar estes limites, sempre que as diversas Comissões Científicas e Organizadoras o entenderam pertinente, como nestas próprias Atas é patente com a publicação de artigos que alargam este marco geográfico a regiões vizinhas com afinidades comprovadas, como, por exemplo, a Beira Baixa ou Marrocos (num critério inclusivo que corresponde, neste último caso, a uma adoção lata do conceito do *Círculo do Estreito* – e não é, na verdade, o Mediterrâneo um mar que nos une mais do que nos separa?), ou mesmo a regiões mais longínquas desde que a temática vise demonstrar ligações ao mundo mediterrânico ou ao Sul.

Num mundo em que o contacto virtual adquire cada vez maior importância – e sem desvalorizar de nenhum modo os aspetos positivos desta nova realidade – os Encontros continuam, a nosso ver, a ter o seu lugar, constituindo um fórum de apresentação e debate presencial de resultados e ideias, ultrapassando fronteiras políticas e administrativas e permitindo o desenvolvimento de projetos comuns, vários deles transfronteiriços e alguns "nascidos" nestes mesmos Encontros, numa ótica de partilha do conhecimento que constitui – ou deverá sempre constituir – a razão de ser de qualquer investigação.

Muitos protagonistas – individuais e coletivos – têm contribuído para o sucesso deste projeto, e cremos que Juan Aurélio Pérez Macías refere quase todos nas suas *Reflexiones en un Aniversario* que aqui se publicam. Cremos, porém, que uma particular referência deve e tem de ser feita ao papel que as autarquias – Câmaras Municipais e Ayuntamientos (no caso presente, os de Serpa e Aroche) – têm desempenhado enquanto garante e suporte logístico da maioria dos Encontros: sem o seu apoio e empenhamento, todo este percurso teria sido bem mais difícil.

Comissão Científica VIII Encontro

Alfredo Mederos Martín / Universidad Autónoma de Madrid

António Monge Soares / C2TN, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa

Inês Vaz Pinto / CEAACP - Troiaresort

Javier Jiménez Ávila / Junta de Extremadura (*à data do VIII Encontro*)

Mariana Diniz / UNIARQ - Universidade de Lisboa

Virgílio Lopes / Campo Arqueológico de Mértola

Comissão Organizadora VIII Encontro

Ana Sofia Antunes / Câmara Municipal de Serpa (*à data do VIII Encontro*)

Juan Aurelio Pérez Macías / Universidad de Huelva

Macarena Bustamante Álvarez / Instituto de Arqueología - Mérida (CSIC) (*à data do VIII Encontro*)

Nieves Medina Rosales / Ayuntamiento de Aroche

Samuel Melro / Direção Regional de Cultura do Alentejo

Susana Correia / Direção Regional de Cultura do Alentejo

Comissão Permanente dos Encontros de Arqueologia do Sudoeste Peninsular

Javier Jiménez Ávila / Junta de Extremadura

Juan Aurelio Pérez Macías / Universidad de Huelva

Macarena Bustamante Álvarez / Universidad Autónoma de Madrid

Manuela de Deus / Direção Regional de Cultura do Alentejo

Samuel Melro / Direção Regional de Cultura do Alentejo

Susana Correia / Direção Regional de Cultura do Alentejo

Samuel Melro

Susana Correia

ENCUENTROS DE ARQUEOLOGÍA DEL SUROESTE. REFLEXIONES EN UN ANIVERSARIO

Haber celebrado en Aroche y Serpa la conmemoración de una efeméride de cumpleaños, es motivo de satisfacción para quienes como yo estuvimos en la gestación de este proyecto, que en aquel año de 1993 nunca pensamos que llegaría a la novena edición.

Pero más allá de esta pequeña congratulación, y de otros pormenores emotivos que tuve ocasión de recordar en la presentación que hicimos en Vila Verde de Ficalho, creo que he de centrarme en explicar otras cuestiones relacionadas con la génesis de estos Encuentros/Encontros y con los logros alcanzados a lo largo de estos años. Y como somos animales políticos, hemos de reconocer antes que nada que las cosas no surgen porque sí, que tienen unos tiempos y unas causas. A nadie se le escapa que durante mucho tiempo vivíamos de espaldas unos a otros porque interesaba que así fuera. Por fortuna, provengo de un lugar en el que nuestros vecinos más próximos son los portugueses y quizás esto ha hecho que mi mirada esté sesgada por compartir paisaje, ya que esto trae otro nivel de relaciones, económicas, de socorro mutuo cuando hay problemas (¡Abençoados Bombeiros Voluntários!), etc. Pero sin distraerme en estas cuestiones personales, esa incompreensión mutua fue cambiando lentamente desde la Revolución de los Claveles en Portugal y desde la Restauración Democrática en España - II Restauración Borbónica dicen otros con toda la razón -, y en especial desde que estuvimos bajo las mismas reglas de la Comunidad Económica Europea. Vamos superando poco a poco el nacionalismo, y optamos por ese resbaladizo término de ibérico, que solo es útil para eludir otros, endemoniados a lo largo de los siglos, pero de mayor peso histórico.

A pesar de estas incompreensiones recíprocas, la arqueología ha sido una disciplina que ha dulcificado siempre las diferencias y ha favorecido el acercamiento, ineludible cuando tenemos que enfrentarnos a problemas de la Prehistoria, la Antigüedad y la Edad Media, en las que a pesar de las divisiones provinciales o los denominados círculos culturales, la economía y la política eran lazos suficientemente poderosos para amarrar nuestras relaciones.

Por este motivo era más fácil que se pudieran organizar Encuentros de investigadores de ambos países, para presentar o discutir cuestiones arqueológicas e históricas que a todos nos conciernen. No hemos sido los primeros desde luego, antes que nosotros ya se mantenían esos contactos, a veces investigadores portugueses participaban en los Congresos Nacionales de Arqueología españoles, o arqueólogos españoles escribían en revistas científicas portuguesas, y se tejían amistades, como la de Abel Viana y Antonio García Bellido, pero eran contactos singulares que sin duda han servido para que entendamos que existe historia antes de Alfonso Enríquez y Alfonso VII, y que incluso después de esa fecha hay rasgos que ya se habían manifestado anteriormente. Había leído en varias ocasiones que la conquista portuguesa de Extremadura y Alentejo se calificaba siempre como una gran hazaña de un pequeño reino, pero de comportamiento muy agresivo. No sé de dónde había salido esa concepción, pero ahora que ando en la lectura de Ambrosio Huici Miranda y de su *Historia Política del Imperio Almohade* (reimp. Granada, 2000), esa calificación se repite constantemente. Desconozco si fue él el autor de ese retrato, pero no me extraña que acuñara ese relato, ya que es en ese momento en el que se produjo el espectacular avance portugués con figuras tan carismáticas como Alfonso Enríquez y Gerardo Geráldez (Sempavor), que batieron armas con el poderoso imperio almohade y provocaron la muerte de Yusuf I durante el cerco de Santarém. Huici Miranda hacía historia de la guerra y quedó fascinado por ese ímpetu guerrero. Nada nuevo si pensamos que otro lusitano mantuvo en jaque a toda una potencia militar como Roma. Cuando no se hallan contaminadas por el veneno del nacionalismo, la historia y la arqueología permiten lecturas de más largo recorrido, de reconocimiento de singularidades y de comunidades, y creo que ya estamos en esa fase. Somos un grupo de amigos que nos reunimos cada dos años.

Los Encuentros de Arqueología del Suroeste nacieron pues en unas circunstancias muy precisas, en un ambiente histórico en el que lo natural es que se dieran los primeros pasos para que ese encuentro tenga continuidad. Pero por sus propias características, no habríamos llegado a donde nos encontramos si ese encuentro hubiera sido responsabilidad del mundo universitario. Bien es verdad que la Universidad jugó un papel fundamental en su nacimiento, pero debo advertir que lo hizo con la inestimable ayuda del Campo Arqueológico de Mértola, una entidad privada de investigación. Creo sinceramente que ha sido esta apertura de los Encuentros a la investigación que se realiza fuera del círculo universitario lo que más ha contribuido a que hayamos llegado a este punto. La respuesta universitaria es ciertamente escasa, y en ello asumo que tiene mucho que ver el formato de edición, poco apropiado para el sobrecejo de algunos de mis colegas, y sobre todo por la presión que están ejerciendo sobre la Universidad los Sistemas de Calidad, con su baremo de las publicaciones y los Ridículos Índices de Impacto, que con el perfil de congreso de los Encuentros los nos deja a la cola de

las puntuaciones. Resulta totalmente paradójico, y chocante, que estos sistemas de calidad defiendan la Investigación más Desarrollo y concedan tan poca importancia a la socialización del conocimiento entre quienes menos posibilidades tienen de tener acceso a él. No entiendo cómo se nos incluye a las ciencias sociales en los criterios de las políticas de desarrollo, ni admitiendo aun que la cultura sea objeto de mercado. En resumidas cuentas, no podemos achacar esta falta de presencia universitaria en los Encuentros a los universitarios, intervienen otros factores que necesitan más espacio para su explicación. No obstante, Macarena Bustamante y yo hacemos lo que podemos, pero por los resultados se ve que no es suficiente.

Hoy día la arqueología ha pasado de las aulas, de los departamentos e institutos de investigación universitarios al mundo profesional, y los Encuentros han hallado una poderosa aliada en la arqueología que realizan empresas, cooperativas y arqueólogos autónomos. La burbuja económica que trajo el aumento del bienestar se trasladó a la arqueología y al patrimonio, y la socialización de nuestro acervo cultural ha terminado favoreciendo un panorama en el que la defensa del patrimonio histórico y natural es hoy una exigencia social. Ha sido corriente que tanto en obras privadas como en públicas se contemplen partidas presupuestarias para la investigación o la puesta en valor del patrimonio que podía estar afectado por las mismas. Sobran ejemplos en Portugal y en España, en paralelo a lo que sucede en otros países europeos donde tuvieron origen estas políticas culturales. Valgan como muestra el Proyecto del Barragem de Alqueva o los distintos proyectos de Alta Velocidad Española.

Esto ha permitido que la arqueología se convirtiera también en una salida profesional, laboral o empresarial. Y este mundo de la arqueología de salvamento, bien relacionada en ocasiones con los grupos de investigación universitarios, ha necesitado de medios de publicación que no en todas las ocasiones encuentran salida en las series y revistas universitarias. La mayor parte de las contribuciones en los Encuentros del Suroeste se deben a la actividad de esta arqueología profesional, aunque lógicamente también ha participado la investigación universitaria, pero no a la altura que todos deseáramos. Nuestros medios son escasos, y aunque la Universidad participa en los Comités Científicos, probablemente no encuentra suficiente brillo en una participación más directa.

Nuestra modesta organización fue, no obstante, una apuesta desde el principio. En este sentido puede decirse que los Encuentros del Suroeste nacieron también desde la órbita municipal, desde las Câmaras y los Ayuntamientos. Así sucedió ya desde el primero organizado en Niebla y ha continuado en ediciones sucesivas hasta el último de Serpa. No deja de ser curioso que cuando un Encuentro se organizó solo desde el ámbito universitario, el II de Faro, se retrasara la publicación y los Encuentros estuvieran durmiendo durante muchos años, hasta que comenzamos la segunda época en Aljustrel. Fue aquí en Aljustrel donde hicimos una buena reflexión y donde se trazaron las líneas maestras de lo que hoy son los Encuentros del Suroeste. En primer lugar, volviendo a los municipios, y en segundo asumiendo las limitaciones presupuestarias, es decir estableciendo una organización sencilla, sin oropeles y grandes fastos, apegada a la realidad, y una publicación en digital que ahorra costosas ediciones que los Ayuntamientos y Câmaras no pueden costear. A mi juicio, esta determinación, sobre la que discutimos mucho, fue acertada, aunque no deja de entrañar riesgos, como más adelante comentaré con más detalle. Esto ha sido posible gracias a que la política municipal ha aceptado también su deber en la protección del patrimonio arqueológico, en Portugal más que en España, alimentado por un sano nacionalismo sobre la cultura portuguesa y sus valores históricos. Contemplado desde otra perspectiva, puede establecerse asimismo que los Encuentros del Suroeste han sido el vehículo ideal para que los municipios puedan mostrar los aciertos de su política patrimonial o la labor de los museos municipales en unos presupuestos al alcance de sus capacidades económicas, sin dispendios innecesarios. Debemos sentirnos, por tanto, orgullosos de haber contribuido a que de la mano de los municipios el concepto de patrimonio arqueológico llegue a nuestros pueblos, donde en su mayor parte la vida gira en torno ciclos culturales y festivos tradicionales. Cuando llevamos la defensa del patrimonio arqueológico a la escala local estamos contribuyendo a que ese mundo rural tome consciencia del mismo. Así superamos la contradicción y favorecemos el desarrollo. La labor de Ayuntamientos y Câmaras ha sido pues fundamental, y ello ha sido posible gracias a los compañeros que trabajan en este ámbito, que han contribuido a que la política municipal se dirija también a esta parcela del patrimonio histórico en general y arqueológico en particular. Tengo que mencionarlos a todos, comenzando por Miguel Rego, y continuando con Artur Martins, Eduardo Romero Bomba, Miriam García Cabezas, Nieves Medina Rosales, y Ana Sofia Antunes.

Como tampoco se trata de morir de éxito, quisiera apuntar también otras cuestiones que considero del máximo interés para que podamos seguir avanzando en la consolidación de los Encuentros. Son observaciones que se hacen al hilo de la experiencia acumulada en estos años.

La primera de ellas es la necesidad de involucrar a las administraciones españolas, andaluzas y extremeñas en nuestro caso, que tienen competencia en materia de patrimonio arqueológico. No se trata de un descuido, esas ausencias vienen dadas porque desde la parte española nos hemos preocupado por asegurar la continuidad y hemos contactado más con los Ayuntamientos. En un futuro sería deseable que la Junta de Extremadura y la Junta de Andalucía tengan cabida en la organización, pues no se trata en ningún caso de que se hayan negado a participar, simplemente no hemos tenido el tino y el acierto de explicarles el proyecto y el camino andado. Los esfuerzos de Javier Jiménez Ávila para implicar a la Junta de Extremadura en el Encuentro de Villafranca de los Barros debe ser nuestro

referente. No ha ocurrido así por la parte portuguesa, ya que los servicios regionales de arqueología han estado presentes en todo momento, y la colaboración de Manuela de Deus, Susana Correia y Samuel Melro es esencial en la organización. La meta que debemos proponernos es además una aspiración de los gobiernos europeos, y se manifiesta en los distintos programas transfronterizos que se han sucedido en los últimos años. En esa dirección, la conjunción y la unión de fuerzas debería ser fácil porque la interlocución está marcada en otros campos de la cultura. Nuestros modelos son distintos, y deberíamos ser capaces de enriquecerlos a partir de estas relaciones. No partimos de cero, ya contamos con algunos proyectos que han mostrado las oportunidades que genera el patrimonio cultural en nuestra tierra. La apuesta decidida del Campo Arqueológico de Mértola en su proyecto de *Mértola Vila Museu* es para todos nosotros un ejemplo a seguir, pues una pequeña ciudad alentejana ha sabido sacar partido de su patrimonio y generar unos réditos culturales, económicos y sociales que no eran de esperar. Ni que decir tiene que detrás está un duro y continuado trabajo de Cláudio Torres, Susana Gómez, Virgílio Lopes, y Santiago Macias, quienes siempre nos han mostrado su apoyo desde la primera edición. En definitiva, soy consciente que desde el primer momento nuestra actitud no fue la de institucionalizar los Encuentros, pero eso no debe significar que las administraciones regionales y autonómicas aporten también su propio bagaje, que en determinados aspectos es más rico que el nuestro, más apegado a las unidades estratigráficas y a las tipologías de los materiales arqueológicos. Si somos capaces de aunar en los Encuentros la investigación de profesionales, empresas y equipos e investigación de las universidades con la política patrimonial que se lleva a cabo desde las Câmaras y Ayuntamientos y los organismos regionales, se enriquecerá el aporte de estos Encuentros, aunque a veces nuestros puntos de vista no coincidan.

Existe un apartado más importante, el que tiene que ver con la forma de edición de las Actas. En los dos primeros Encuentros optamos por la publicación en papel. Las formas de impresión en aquellos años no permitían otra fórmula, y ya he señalado antes que esto fue una rémora para los Encuentros, ya que los costes de publicación sobrepasaban nuestras posibilidades, y la tarea de buscar financiación a veces no es fácil y rápida. Cuando retomamos los Encuentros en Aljustrel sabíamos que ni la Câmara Municipal de Aljustrel ni la recaudación por el cobro de las inscripciones cubría los gastos de una edición en papel, máxime cuando la participación alcanza en casi todas las ocasiones más de mil páginas. Hubiéramos podido hacer una edición en papel, y de hecho esa posibilidad estuvo en las reflexiones y en las propuestas. Pero finalmente decidimos que la publicación estaba asegurada en un formato digital. Esta fórmula ofrece además otras ventajas, la libertad de extensión, y sobre todo el uso del color sin ningún tipo de restricción, y esto, todos lo sabemos, a veces es enteramente necesario por las facilidades de lectura de los estratos y decoraciones en los materiales arqueológicos. Esta decisión ha sido, sin duda alguna, la que ha permitido que los Encuentros continúen. Los menores costes, la rapidez de la publicación y el uso del color nos ha permitido cumplir los plazos y las expectativas, y los trabajos presentados no pierden actualidad, se publican como el cualquier revista, en menos de dos años. Es más, la periodicidad de los Encuentros depende de ello, y las Actas siempre se han presentado hasta ahora durante la celebración del siguiente.

Sin embargo, lo que ha sido una ventaja puede convertirse con el tiempo en un problema. Hemos visto como los sistemas de almacenamiento de datos han evolucionado tan deprisa que ya no recordamos lo sistemas utilizados hace apenas diez años. Nuestro sistema de publicación en discos compactos tiene ya señalada su fecha de caducidad. Este inconveniente podemos solucionarlo de cara al futuro, pero pienso que debemos ser fieles a nuestra memoria, y debemos salvar también las ediciones que ya están a disposición de los lectores. Dentro de muy poco tiempo los ordenadores personales no tendrán incorporado lectores de Cd y no será posible tener acceso a la abundante información que han generado los Encuentros. Hay que adecuar nuestro sistema de publicación digital a la marcha de los tiempos, para salvaguardar el enorme esfuerzo económico que han hecho las Câmaras y Ayuntamientos en la publicación de las Actas. Soy de la opinión de no ir cambiando cada cierto tiempo el formato, y decidir en la selección de uno que garantice el acceso gratuito a la información y la perdurabilidad de la misma. Y esto solo podemos conseguirlo a través de una plataforma digital. De esta forma se irá generando un cuerpo de datos, el de de todos los Encuentros, a disposición de los investigadores y gestores del patrimonio arqueológico, una filosofía en la que todos los que estamos involucrados en la organización de los Encuentros estamos de acuerdo.

No he pretendido marcar una senda con estas reflexiones, tan solo señalar que hemos de tener conciencia de que la celebración del VIII Encuentro en Serpa y los 20 años transcurridos desde la primera edición, obligan a que administremos una herencia que nos llega sin impuestos, y nos vayamos acomodando a las nuevas realidades. Se han recibido ofertas para nuevas sedes en años venideros, pero el éxito no está asegurado sino somos capaces de ir mejorando todos estos aspectos en cada una de las convocatorias futuras.

Juan Aurelio Pérez Macias.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	3
Tomé Pires, Presidente da CM de Serpa	
PALAVRAS PRÉVIAS	5
Samuel Melro, Susana Correia	
ENCUENTROS DE ARQUEOLOGÍA DEL SUROESTE. REFLEXIONES EN UN ANIVERSARIO	8
Juan Aurelio Perez Macías	
PRÉ-HISTÓRIA	
EPIPALEOLÍTICO – NEOLÍTICO – CALCOLÍTICO - BRONZE	
Os primeiros níveis da sequência estratigráfica de Porto de Moura 2 (Pedrógão, Vidigueira)	21
Nelson Vale, Sérgio Gomes, Lídia Baptista, Rodry Mendonça	
A Anta dos Pardais 4 (Cabeção, Mora): Novos dados arqueológicos sobre o megalitismo de Mora	35
Leonor Rocha	
O “Menir” dos Sete (Monforte): Dados arqueológicos	47
Leonor Rocha, Paula Morgado	
O “dólmen furado” da Candieira (Redondo): Novas investigações no séc. 21	53
Rui Boaventura, Rui Mataloto, Patrícia Moita, Jorge Pedro, André Pereira	
Território e espaços de morte na Pré-História Recente. Contributo para uma nova leitura do povoamento megalítico no concelho de Avis	73
Ana Cristina Ribeiro	

Ídolos e idolíformes cerâmicos dos povoados do 4^o/3^o milénio a.n.e. de S. Pedro (Redondo) – contributo para o estudo de uma ritualidade fugidia...	95
Catarina Costeira, Rui Mataloto	
“Foliáceos ovóides” e “grandes pontas bifaciais” nos povoados de S. Pedro (Redondo)	119
Diana Nukushina, Rui Mataloto, Catarina Costeira, Marina de Araújo Igreja	
Ocupação calcolítica da costa alentejana: Nova intervenção junto à ETAR de Vila Nova de Milfontes (Odemira)	137
António Carlos Valera, Jorge Parreira	
Sobre a presença de materiais calcolíticos no povoado do Outeiro do Circo (Beja)	153
Miguel Serra, Eduardo Porfírio, Sofia Silva, Sofia Soares, Helena Reis	
Avance de resultados de la petrografía cerámica de foso 1 (Complejo Arqueológico de Perdigões - Portugal). Una propuesta tipológica	175
José L. Caro, José M. Compañía, José Suárez-Padilla	
As Lâminas de Ouro do Túmulo 2 dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz)	187
António M. Monge Soares, Pedro Valério, Luis Cerqueira Alves, António Carlos Valera	
Quotidianos em osso: Algumas notas à utensilagem óssea dos contextos neolíticos dos Perdigões	201
Patrícia Castanheira, Nélon Cabaço	
Bases para el estudio de las cuentas de collar de color verde de la Prehistoria Reciente del Suroeste Peninsular	211
Laura Pérez Oliva	
La Necrópolis Prehistórica de Los Algarbes (Tarifa, Cádiz). Una aproximación a los rituales funerários	225
Vicente Castañeda Fernández, Yolanda Costela Muñoz, Iván García Jiménez, Juan Valentín Fernández de la Gala, Fernando Prados Martínez, Maria de los Ángeles Pérez de Diego	
Algumas achegas para o conhecimento do Bronze do Sudoeste na área da freguesia de Alfundão (Ferreira do Alentejo, Beja)	237
Bruno M. Magalhães, César Neves, António M. Monge Soares	

La reutilización de estructuras megalíticas durante el II Milenio ANE en el Suroeste de la Península Ibérica _____ 249
Yolanda Costela Muñoz

Os Hipogeus Funerários do Bronze Final do Sudoeste do Monte da Ramada 1 (Ervidel, Aljustrel). Estudo preliminar _____ 265
Lídia Baptista, António M. Monge Soares, Zélia Rodrigues, Nelson Vale, Rui Pinheiro, Sandrine Fernandes, Pedro Valério

Mesa-Redonda Arqueologia no Sudoeste Peninsular - Um balanço dos últimos 20 anos: 20 anos de arte rupestre no Sudoeste de Portugal: um percurso com alguma água à mistura _____ 289
Andrea Martins

Mesa-Redonda Arqueologia no Sudoeste Peninsular - Um balanço dos últimos 20 anos: O princípio do Neolítico no Sudoeste Peninsular (Portugal): uma leitura (breve) dos últimos 20 anos _____ 315
Mariana Diniz, César Neves

IDADE DO FERRO

Accesibilidad y visibilidad en los complejos monumentales del Guadiana Medio: Los casos de La Mata (Campanario) y Cancho Roano (Zalamea de la Serena) _____ 355
José María Murillo González

Novedades en torno a la cerámica griega de Extremadura _____ 381
Javier Jiménez Ávila

Materiais cerâmicos pré-romanos provenientes do claustro do Convento de Nossa Senhora da Graça (Tavira) _____ 409
Jaquelina Covaneiro, Sandra Cavaco

La imposición de la diosa Tanit _____ 427
Mercedes de Caso Bernal

Mesa-Redonda Arqueologia no Sudoeste Peninsular - Um balanço dos últimos 20 anos:

Los estudios protohistóricos en el Suroeste de la Península Ibérica (1993-2013) ————— 447

Javier Jiménez Ávila

ROMANO ANTIGUIDADE TARDIA

Ánforas de la excavación de la Biblioteca Municipal de Mértola de 2010 ————— 463

Vicente Doblas Peguero

Joyas de vidrio de época romana procedentes de *Augusta Emerita* y su territorio ————— 483

Javier Alonso, Sara Maldonado

El poblamiento romano en la margen derecha de la desembocadura del río Odiel, El Caño del Fraile (Aljaraque-Gibraleón, Huelva) ————— 509

Pedro Campos Jara, Juan Aurelio Pérez Macías

Nuevos datos sobre el poblamiento rural romano en el territorio de Medellín: Primeros resultados del yacimiento Las Arenas (Medellín, Badajoz) ————— 531

Primitivo J. Sanabria, Macarena Bustamante

Tamuda flumen castellumque. El río Martil como motor del territorio de Tamuda ————— 553

Manuel J. Parodi Álvarez, Mustapha Ghottes

El santuario de Santa Bárbara de Padrões al comienzo de la implantación romana en el Baixo-Alentejo ————— 573

Javier Heras, Manuel Maia

A zona Norte do Santuário Campestre de *Arannis* ————— 587

Manuel Maia

The Roman hilltop site of Ul _____	593
Adriaan De Man, João Tiago Tavares	
Um later «ex of(ficina) Vincinti» da Rua da Barbacã 29-33 (Serpa) _____	597
Ana Sofia Antunes	
A topografia de Mértola na Antiguidade Tardia: O Arrabalde Ribeirinho de Mértola _____	607
Virgílio Lopes	
A Necrópole Paleocristã do Eixo Comercial de Mértola – Arqueologia Funerária _____	615
Clara Rodrigues, Nélia Romba, Maria de Fátima Palma, Rute Fortuna, Virgílio Lopes	
Topografía y forma urbis de Idanha-a-Velha en épocas romana y tardoantigua _____	623
Isabel María Sánchez Ramos, Jorge Morín de Pablos	
El episcopio de Egitania. Campaña de excavación 2014 en el Paço dos Bispos de Idanha-a-Velha (Portugal) _____	635
Isabel María Sánchez Ramos, Jorge Morín de Pablos	
Nuevos recursos metodológicos para el estudio de la topografía urbana de la antigua <i>ciuitas igaeditanorum</i> (Idanha-a-Velha, Portugal) _____	645
Manuel Sánchez de la Orden, Francisco Javier Mesas Carrascosa, Isabel María Sánchez Ramos, Jorge Morín de Pablos	
Resultados del estudio arqueozoológico de la campaña de excavación 2014 de Idanha-a-Velha (Portugal) _____	653
José Yravedra Sainz de los Terreros, Verónica Estaca Gómez, Jorge Morín de Pablos, Isabel María Sánchez Ramos	
Resultados del análisis palinológico de Campaña de Excavación 2014 de Idanha-a-Velha (Portugal) _____	659
Manuel Casas Gallego, Jorge Morín de Pablos, Isabel María Sánchez Ramos	
Mesa-Redonda Arqueologia no Sudoeste Peninsular - Um balanço dos últimos 20 anos: Encontros de Arqueologia do Sudoeste Peninsular - 1994-2014. Contributos para o avanço da investigação do período romano nos últimos 20 anos _____	665
Inês Vaz Pinto	

MEDIEVAL MODERNO CONTEMPORÂNEO

- Vinte anos de cerâmica islâmica do *Gharb al-Andalus*: Ensaio crono-tipológico das formas abertas (II)** _____ 685
Catarina Coelho, Marco Liberato, Ana Sofia Gomes, Jacinta Bugalhão, Helena Catarino, Sandra Cavaco, Jaquelina Covaneiro, Isabel Cristina Fernandes, Susana Gómez Martínez, Maria José Gonçalves, Isabel Inácio, Constança dos Santos
- Estudo arqueofaunístico dos silos islâmicos do Castelo de Salir (Loulé). Contribuição para o conhecimento da dieta alimentar islâmica** _____ 697
Soraia Martins
- Idanha-a-Velha y su territorio en época andalusí (Proyecto IdaVe)** _____ 713
Antonio Malalana Ureña, Isabel Sánchez, Jorge Morín
- La cerámica andalusí de Idanha-a-Velha (Portugal)** _____ 741
Fernando Sánchez Hidalgo, Diego Sanabria Murillo, Jorge Morín de Pablos, Isabel María Sánchez Ramos
- La Poliorcética Medieval en la Raya: La Banda Gallega versus la Banda Lusitana** _____ 749
Eduardo Romero Bomba, Timoteo Rivera Jimenez, Omar Romero de la Osa Fernández
- Estados señoriales y tipología de las fortificaciones bajomedievales del entorno pacense** _____ 761
Juan José Sánchez González
- Investigación, conservación y puesta en valor de la muralla de Aroche (Huelva) 2007-2014** _____ 777
Nieves Medina Rosales
- Dinheiros, ceitis, reais e réis. Evidência monetária do Claustro do Convento da Graça (Tavira)** _____ 795
Sandra Cavaco, Jaquelina Covaneiro

Quando nem tudo o que parece é. Estratigrafia e materiais arqueológicos do Claustro do Convento da Graça (Tavira)	821
Sandra Cavaco, Jaquelina Covaneiro	
Leitura diacrónica da evolução estrutural do Castelo de Serpa. Como foi, como é e como poderia ter sido	849
João Nunes	
Segredos guardados pelas paredes e abóbadas dos nºs 29-33 da Rua da Barbacã, Serpa. Abordagem histórico-culturalista ao acompanhamento arqueológico de uma demolição	871
João Nunes	
Memórias materiais da pena de morte no Alentejo	887
Jorge de Oliveira	
Os espaços funerários de Mértola ao longo dos tempos	901
Clara Rodrigues, Nélia Romba, Maria de Fátima Palma	
Mesa-Redonda Arqueologia no Sudoeste Peninsular. Um balanço dos últimos 20 anos – Antiguidade Tardia e Época Medieval	907
Virgílio Lopes, Susana Gómez	

VÁRIA

Arqueología en el entorno de La Rábida (Palos de la Frontera, Huelva)	931
Juan Aurelio Pérez Macías, Diego González Batanero, Manuel Javier Rodríguez Martín	
Carta Arqueológica Preditiva da área ardida em 2012 na Freguesia do Cachopo (Tavira)	945
Eliana Goufa, Francisco R. Correia	
Gestión Municipal del Patrimonio Histórico Arqueológico de Aroche: 10 años de desarrollo del Proyecto Patrimonio (2004-2014)	957
Nieves Medina Rosales	

O “MENIR” DOS SETE (MONFORTE): DADOS ARQUEOLÓGICOS

Leonor ROCHA

Docente/Investigadora

Universidade Évora

Escola Ciências Sociais/ CHAIA

CHAIA/UE [2016] - Ref.ª UID/EAT/00112/2013 [CHAIA/UE 2014] - [Projeto financiado por Fundos Nacionais através da FCT/Fundação para a Ciência e a Tecnologia]

Paula MORGADO

Arqueóloga/ Investigadora

C.M.Monforte/ CHAIA/Univ.Évora

Resumo

Os trabalhos realizados no Menir dos Sete (Sete 1) inseriram-se no projeto de investigação que as signatárias têm vindo a desenvolver no concelho de Monforte desde 2011 e tinham como principal objetivo verificar se tratava realmente de um menir, ou de um monólito natural, e se a ele se associavam estruturas e/ou estratigrafias que pudessem atestar a sua utilização no decurso da Pré-história Recente.

Palavras-chave: Monumentos megalíticos; Monforte; Portugal

Abstract

The work carried out in Menir dos Sete (Sete 1), are included in the research project that the authors have been developing in Monforte district since 2011. The main purpose was to verify if really was a menhir, or a natural monolith, and if there were associated structures and / or stratigraphies that could attest to its use in the course of Recent Prehistory.

Keywords: Megalithic monuments; Monforte; Portugal.

1. Caracterização da área

O Menir dos Sete localiza-se no concelho de Monforte, freguesia de Monforte e encontra-se referido na base de dados Endovélico (nº 11899).

O monumento encontra-se implantado num pequeno esporão, entre duas pequenas linhas de água que alimentam a ribeira do Freixo, que apresenta um caudal intermitente (FIG. 1).

Do ponto de vista geomorfológico esta área integra-se numa região relativamente diversificada, entre a Serra de S. Mamede a Norte e a Serra d’Ossa, a Sul. Monforte integra ainda o sistema aquífero Monforte - Alter do Chão, com uma área de cerca de 100 km², orientada sensivelmente NW-SE (Fernandes, 2001). Geologicamente trata-se de uma área bastante diversificada, com predomínio para as rochas magmáticas - ortognaisses e granitos (Gonçalves *et al*, 1973, 1975, 1978).

Em termos topográficos o concelho de Monforte apresenta, por norma, relevos de formas suaves a Norte, e mais irregulares a Sul/Sudeste devido à presença de grandes afloramentos graníticos associados ao substrato antigo, embora peneplanizado. Os declives mais acentuados localizam-se junto às ribeiras de Almuro, Ribeira Grande, da Samarra e do Carrascal do Almadafe, do Divor e da Têra.

2. Menir dos Sete: objetivos dos trabalhos

O Menir dos Sete encontra-se situado no limite de uma plataforma alongada, rodeado por um recinto de planta sensivelmente circular, nas imediações da ribeira do Freixo. Conhecido desde os finais do séc. XIX, foi classificado como menir devido à sua forma alongada e secção subcircular (Boaventura, 2002; Lopes, 2001; Oliveira e Oliveira, 1999). Na área da plataforma também haviam sido identificados fragmentos de cerâmica manual pré-histórica (Oliveira e Oliveira, 1999).

No âmbito do novo projeto de investigação que se encontra em curso pelas autoras que visa, para além de obter dados científicos sobre a evolução do povoamento neste concelho, recuperar e valorizar alguns monumentos com vista à sua fruição pública, realizou-se, em 2013, uma intervenção no local.

A intervenção realizada no Menir dos Sete tinha como principal objetivo verificar se se tratava realmente de um menir, ou de um monólito natural e se a ele se associavam estruturas e/ou estratigrafias que pudessem atestar a sua utilização no decurso da Pré-história Recente, como parecia indicar a presença de fragmentos de cerâmica manual encontrados anteriormente no local (Oliveira e Oliveira, 1999) e novamente no âmbito do novo projeto.

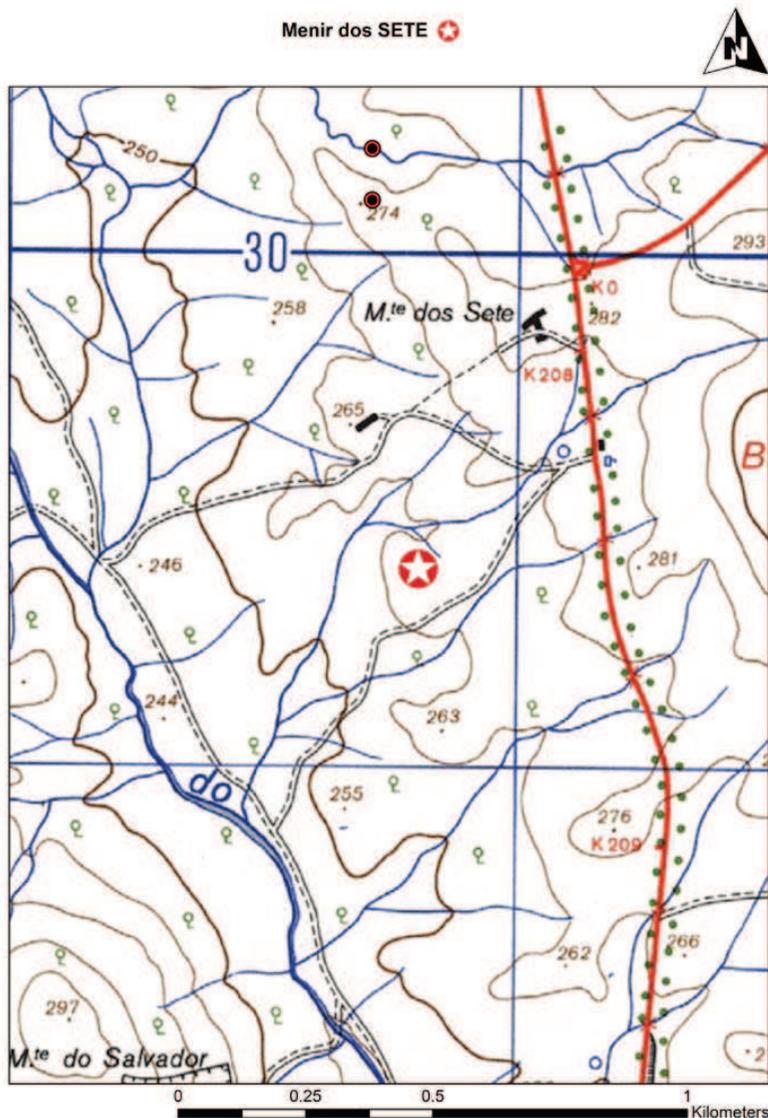


FIG. 1

Os trabalhos que se têm vindo a realizar no âmbito deste projeto, no concelho de Monforte, são coordenados pelas autoras e contam com a participação de alunos de Arqueologia da Universidade de Évora, funcionando como “Campos Escola”, no âmbito de unidades curriculares de Prospeção e Escavação Arqueológica dos cursos de 1º e 2º Ciclo, desta Instituição. Contam ainda com o apoio logístico e financeiro da Câmara Municipal de Monforte, da Santa Casa da Misericórdia de Monforte, da Protecção Civil e da Universidade de Évora, através do Laboratório de Arqueologia Pinho Monteiro, do CHAIA e do Laboratório HERCULES.

3. Menir dos Sete: os dados arqueológicos

O Menir dos Sete encontra-se localizado em espaço rural, numa propriedade que atualmente se encontra apenas vocacionada para a criação de gado pelo que o terreno na envolvente do monumento não é lavrado há várias dezenas de anos o que originou uma abundante vegetação rasteira e arbustiva. Este fato colocou alguns problemas à partida, não só pela quantidade mas também pela segurança, uma vez que todo o pasto se encontrava muito seco e corria o risco de se incendiar. Assim sendo, foi solicitado o apoio da Protecção Civil de Monforte que procedeu à limpeza da área envolvente, a quem agradecemos (FIG.2). Posteriormente procedeu-se a uma limpeza mais superficial da vegetação (FIG.3) e à remoção de alguns lixos domésticos existentes na área, depositados, muito provavelmente, por caçadores.

O ponto Zero (convencional) foi colocado junto aos afloramentos que se situam a Norte do Menir, numa área mais protegida e foi marcada uma quadrícula de 4m x 3m, no lado Oeste do monólito, área onde existiam mais pedras de diferentes dimensões, depositadas (FIG.4).

Os critérios definidos para os trabalhos de escavação consistiram, sempre que possível, na observação das técnicas de registo e leitura estratigráfica propostos por Barker (BARKER, 1989) e Harris (HARRIS, 1991).

A escavação da [0], permitiu identificar, logo à superfície, fragmentos de cerâmica vidrada e cerâmica de roda, comum, misturados com alguns fragmentos de cerâmica manual e ossos de animais.

A escavação desta unidade começou, desde logo, a evidenciar muitas pedras, algumas completamente soltas, outras, pelo seu alinhamento, pareciam tratar-se do afloramento o que se veio a confirmar no final da escavação desta U.E.

De facto, a potência de terras junto ao monólito era, por norma, muito escassa. Nos quadrados L/M/N – 7 o geológico encontrava-se praticamente à superfície. No quadrado M/7 foram encontrados ossos de um animal (cão) que aí havia sido enterrado ou simplesmente depositado/ morrido, uma vez que os ossos se encontravam quase a descoberto. Nesta área foi recolhido um fragmento de cerâmica manual.

Junto ao “Menir”, nos quadrados 8 e 9, existia uma maior concentração de pedra miúda [2], que poderia ter resultado da fragmentação dos blocos graníticos de maior dimensão [1] ou por terem sido para aí atirados no decurso de limpezas do terreno



FIG. 2



FIG. 3



FIG. 4



FIG. 5



FIG. 6



FIG. 7

uma vez que, de acordo com informação oral recolhida, está área era, em meados do século passado, toda cultivada.

O conjunto de pedras de maiores dimensões [1] não aparentava formar nenhuma estrutura, encontrando-se sobre a [0] e a [2] de forma caótica (FIG.5). Por outro lado, atendendo aos paralelos conhecidos no Alentejo Central, estes blocos poderia formar um pequeno recinto para protecção ou desmame dos animais recém-nascidos (cabras e ovelhas). Este tipo de estruturas tem uma mera função defensiva e não são, por norma, construídos de forma muito organizada. Como se referiu anteriormente, o “Menir” encontra-se situado sensivelmente no meio de uma plataforma delimitada por um muro, construído com blocos de granito de diferentes dimensões, nos lados Norte, Oeste e Sul (FIG.6) e que forma um recinto (curral?).

De modo a caracterizar melhor a [2] e a [3] optou-se por remover, manualmente, alguns dos blocos da [1] (FIG.7). Esta operação permitiu confirmar a irregularidade do afloramento e a sua superficialidade.

Em termos gerais, o espólio identificado foi bastante escasso, resumindo-se a escassos fragmentos de cerâmica manual pré-histórica, cerâmicas de roda e ossos de animal (cão?) - os quadrados que forneceram mais “espólio” foram o L/M – 10.

3.1. UNIDADES ESTRATIGRÁFICAS

[0] – Unidade estratigráfica composta por coberto vegetal, com vegetação rasteira (gramíneas) e pedras; compacta. Castanha escura.

[1] – Unidade composta por blocos de pedra (granito) de grandes dimensões, que se encontram à superfície.

[2] - Unidade composta por pedras de pequena e média dimensão que se encontra por baixo da [0] e da [1].

[3] – Afloramento granítico, irregular, que se encontra muito fissurado, numa orientação sensivelmente NE/SW. O “Menir” é um grande bloco deste afloramento.

4. Conclusões

Os trabalhos realizados no denominado Menir dos Sete (Sete 1) permitiram confirmar, sem sombra de dúvida, que se trata de um monólito natural, integrado no afloramento rochoso granítico, que se apresenta muito irregular, fissurado e superficial.

Apesar de ser terem encontrado alguns fragmentos de cerâmica manual pré-histórica, não nos foi possível confirmar a sua eventual utilização como “menir”. Naturalmente que o fato do afloramento se encontrar a escassos centímetros da superfície e de este local ter sido reutilizado em épocas mais recentes, poderá ter destruído ocupações mais antigas. Também as pedras dispersas pela área não evidenciavam nenhuma estrutura definida (FIG.8).

O “Menir” dos Sete encontra-se numa área onde existem abundantes vestígios arqueológicos, da Pré-história ao Período Medieval. De facto, se tivermos apenas em conta um raio de 5km em torno do sítio, existem mais de meia centena de sítios registados, onde se incluem antas e povoados da Pré-História Recente. Assim sendo, e atendendo à forma do monólito não podemos descartar a hipótese de ter sido utilizado para cerimónias mágico religiosas, associadas a este tipo de sítios.

A ausência de espólios deste período pode corroborar esta hipótese atendendo aos paralelos conhecidos em intervenções realizadas em monumentos megalíticos não funerários onde a norma parece ser, precisamente, a ausência de espólios (cerâmicas e líticos) no local (Alvim e Rocha, 2012, 2013).

A análise dos dados coligidos até ao presente no concelho de Monforte permite verificar que os monumentos megalíticos não funerários são escassos, conhecendo-se apenas dois, o menir da Carrilha e o “menir” dos Sete.

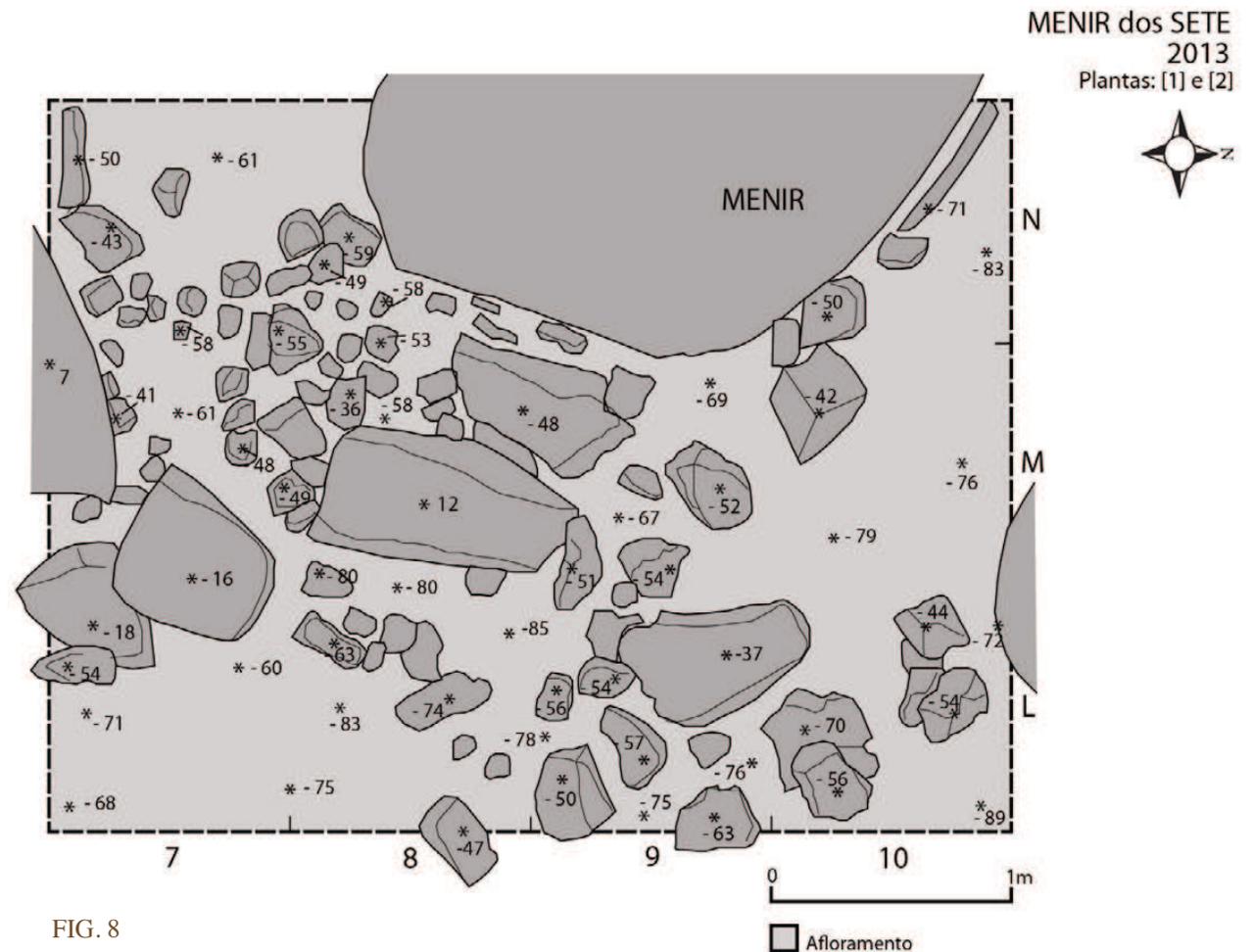


FIG. 8

5. Bibliografia

ALVIM, Pedro; ROCHA, Leonor (2012) – *Cabeço da Areia (Brotas, Mora). Escavação, 2011. Relatório Técnico - Científico Final*. Acessível nos Arquivos do IGESPAR, Lisboa, Portugal

ALVIM, Pedro; ROCHA, Leonor (2013) - *Conjunto megalítico do Alto da Cruz (Brotas, Mora). Escavação, 2012. Relatório Técnico - Científico Final*. Acessível nos Arquivos do IGESPAR, Lisboa, Portugal.

BOAVENTURA, Rui (2002) – *Relatório Prospeções realizadas em 2001. PNTA “As Comunidades Pré-históricas dos 4º e 3º milénios na Região de Monforte”*. Acessível nos Arquivos do IGESPAR, Lisboa, Portugal.

LOPES, Carla (2001) – *Relatório Prospeções realizadas em 2000. PNTA “As Comunidades Pré-históricas dos 4º e 3º milénios na Região de Monforte”*. Acessível nos Arquivos do IGESPAR, Lisboa, Portugal.

OLIVEIRA, Jorge; OLIVEIRA, Clara (1999) - *Relatório das Prospeções realizadas em 1998. PNTA “Arqueologia do Nordeste Alentejano”*. Acessível nos Arquivos do IGESPAR, Lisboa, Portugal.